

## *A Mulher Trabalhadora na Dinâmica da Manutenção e da Chefia Domiciliar*

<sup>1</sup> Buvinic e Gupta relatam que chefia feminina representa de 10% a 40% dos domicílios dos países do Terceiro Mundo. (BUVINIC, M. e GUPTA, G. R.. *Responding to Insecurity in the 1990's: Targeting Women-maintained Families in Developing Countries, Workshop Insecurity in the 1990's: Gender and Social Policy in an International Perspective*, London School of Economics and European Association of Development Institute, Londres, 5-6 abril, 1993, p. 1. Sobre o assunto ver também CASTRO, M.G.. *Family, Gender and Work: the Case of Female Heads of Household in Brazil (State of São Paulo and Bahia, 1950-1980)*, tese de doutoramento, Universidade da Florida, 1989; CARVALHO, L.. *Female-Maintained Household: A Case Study in Brasília, Brazil*, tese de doutoramento defendida na Universidade de Essex, Inglaterra, 1996; CHANT, S.. *Women and Survival in Mexican Cities: Perspectives on Gender, Labour Markets and Low-income Households*. Manchester: Manchester University Press, 1991; GOLDANI, A. M.. *How Brazilian Family Are Changing and Consequent Demand for Public Policy*, 1989, mimeo e GOLDANI, A. M.. *As Famílias Brasileiras: Mudanças e Perspectivas*.

A preocupação recente com a questão da chefia feminina tem três aspectos centrais: (i) o fenômeno é crescente na América Latina<sup>1</sup>; (ii) cresce, preferencialmente, entre os grupos mais empobrecidos<sup>2</sup>; e, (iii) tem revelado uma vulnerabilidade particular aos contextos de recessão econômica e implantação de programas de ajustes econômicos<sup>3</sup>. Um corpo significativo de literatura tem surgido e, nele, a defesa de políticas seletivas endereçadas a estes domicílios que possam amenizar ou prevenir o aumento da distância social e econômica entre segmentos de uma mesma população<sup>4</sup>.

No entanto, o conceito chefia feminina a que tem se referido a maioria destes estudos permanece concebido como uma negação do padrão dominante: a chefia masculina<sup>5</sup>. Contribuições que recentemente têm conseguido alertar para uma variedade de casos derivados desta concepção são significativas<sup>6</sup>. Entretanto, tais contribuições devem ser aceitas com cautela. A crítica permanente às concepções, conceitos e categorias de análise que surgem no debate acadêmico internacional é necessária. No caso específico do fenômeno chefia feminina, ela é fundamental, devido ao risco crescente destas concepções não serem construídas à luz das realidades latino-americanas. Este artigo pretende contribuir para o debate sobre a definição de chefia feminina. A primeira parte reflete sobre os condicionantes do conceito e argumenta que ele deve ser visto como uma configuração histórica e social e que, no Brasil, isso pode implicar diretamente a mudança de ótica do *status conjugal* para a ótica da responsabilidade pela manutenção domiciliar. Na seção seguinte, investiga-se, baseado em dados empíricos, as dinâmicas internas dos domicílios em relação à geração, controle e acesso aos recursos e rendimentos. Na última parte, examina-se a correlação entre o trabalho feminino, enquanto principal recurso do

*Cadernos de Pesquisa*, 91, 1994, 7-21; MORRIS, L.. *Women Without Men, The British Journal of Sociology*, XXX, (3), 1979, 322-40; SAFA, H. I.. *The Myth of the Male Breadwinner*, Oxford: Westview Press, 1995; SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - Famílias Chefiadas por Mulheres, *Análises Especiais*, PCV, 2, São Paulo, 1994; VARLEY, A.. *Housing the Household: holding the house in* JOHNS, G. and WARD, P. (eds.) *Methodology for Land and Housing Market Analysis*, Londres: UCL Press, no prelo, entre outros.

<sup>2</sup>BARROS, R., FOX, L. e Mendonça, R.. *Poverty Amongst Female-Headed Households in Brazil, Texto para Discussão*, nº 310, Ipea, 1993; BUVINIC, M.. *The Vulnerability of Households Headed By Women: Policy Questions and Options for Latin America and the Caribbean*, ECLA, *Série Mujer y Desarrollo*, nº 8, 1991; GONZALES DE LA ROCHA, M.. *The Resources of Poverty, Women and Survival in a Mexican City*, Oxford: Blackwell, 1994; MERRICK, T. e SCHMINCK, M.. *Household Headed by Women and Poverty in Brazil* in BUVINIC, M. LYNCHETTE, M. e MCGREEVEY, W. (eds.), *Women and Poverty in the Third World*, Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1983, 1983, 244-71; SAFA, op. cit.; SEADE, op. cit..

<sup>3</sup>BADEN, S. e MILWARD, K.. *Gender and Poverty IDS, Sussex, Report nº 30*, 1995; BENERIA, L. e FELDMAN, S.. *Unequal Burden: Economic Crisis, Persistent Poverty and Women's Work*, Oxford: Westview Press, 1992. BUVINIC e GUPTA, op. cit.; LLOYD, C. B. e CAGE-BRANDON, A.. *Women's Role in Maintaining Households: Family Welfare and Sexual Inequality in Ghana*.

domicílio, e a configuração da autoridade e da independência da mulher provedora.

### O que é Isto, "chefia feminina"?

Chefia feminina tem sido, tradicionalmente, aplicado às situações onde famílias e/ou domicílios são liderados por mulheres sozinhas, onde o parceiro masculino está ausente, como nos casos de viúvas, mães solteiras e mulheres desquitadas/separadas com dependentes. Emerge como uma categoria não autônoma mas construída a partir da negação de um padrão considerado dominante, a chefia masculina. Apesar das inúmeras vantagens que trouxe para o enriquecimento do debate em torno da questão da família contemporânea, este conceito padece de várias limitações. A limitação inicial que se coloca refere-se à própria questão da delimitação da unidade de análise: chefia, de modo geral, se refere à família ou ao domicílio?<sup>7</sup> A problemática imediatamente articulada a esta é o critério definidor de chefia: chefia como autoridade sobre o núcleo familiar (ou domiciliar)? como poder econômico advindo de sua manutenção? ou como ambos conjugados? Como justificar os casos de famílias que não se enquadram neste modelo de conjugalidade como os núcleos mãe-filhos vivendo em domicílios extensos chefiados por homens?

Ainda dentre estes questionamentos, vale ressaltar que estudos, censos e estatísticas oficiais tendem de antemão a optar por critérios que favorecem as noções de autoridade e dominância masculina. Conseqüentemente, em uma sociedade com fortes valores patriarciais, as respostas dos membros dos domicílios podem ser afetadas por suposições que resultam na identificação do homem como chefe do domicílio. A tradição dos recenseamentos, dos programas governamentais, das práticas sociais cotidianas tem imposto, desta forma, um padrão de autoridade e de responsabilidade econômica familiar que nem sempre corresponde à realidade. Mesmo em domicílios onde o parceiro está ausente, os filhos mais velhos ou outro membro adulto podem ser considerados chefes do domicílio. Optando por tais critérios, produziu-se uma categoria ao mesmo tempo abrangente, que reúne uma diversidade de situações de domicílios ou famílias sob esta única condição, e excludente, enquanto omite outras por não apresentarem esta estrutura. Tal concepção desconsidera que chefia domiciliar e domicílio em si tendem a incorporar diferentes significados em diferentes sociedades<sup>8</sup>.

Por outro lado, a visão de famílias conjugais nucleares e chefiadas pelo provedor masculino é uma

*Population Studies*, 47, 1993, 115-51; SAFA, op. cit.; UNICEF *The Invisible Adjustment*, Vol. 2, Nova Iorque: Americas and Caribbean Regional Office, 1988.

<sup>4</sup>BUVINIC e GUPTA, op.cit.; CARVALHO, L., *Chefia Domiciliar, Mulher e Trabalho*, in *Boletín de Antropología Americana*, Nueva Época/Instituto Panamericano de Geografía e História, nº 31 (no prelo); FOLBRE. *Women on Their Own: Global Patterns of Female Headship*, ICRW/The Population Council, Family Structure, Female Headship and Poverty Project, 1991a, mimeo; MOSER, C., *Gender Planing and Development: Theory, Practice and Training*, Londres: Routledge, 1993; YOUNG, K., *Household Resource Management: the Final Distribution of Benefits*, mimeo, 1990.

<sup>5</sup>O termo 'chefia familiar' tem suas origens nas leis que regiam a família em sociedades antigas designando a um único membro, normalmente o homem mais velho, o poder sobre os demais. Tradições judaicas, islâmicas e romanas revelaram similaridades com relação às prerrogativas masculinas, ao papel e lugar da mulher em relação ao chefe masculino. Tal conceito foi sendo disseminado nos códigos civis das nações européias e imposto posteriormente através de leis, normas e práticas sociais às colônias. Os dois principais pressupostos do conceito são (I) que esposas, filhas e mães são dependentes econômicas do provedor masculino e (II) a existência de um núcleo conjugal como a base do domicílio. Tais idéias se mostraram inadequadas, principalmente para sociedades não-europeias onde o poder e a responsabilidade sobre o núcleo

construção duplamente problemática para inúmeras sociedades. Nem as famílias ou domicílios são necessariamente conjugais ou nucleares, nem tão pouco exclusivamente chefiados por membros masculinos. Domicílios podem ser chefiados por uma ou mais pessoas, homens ou mulheres, e abrigar uma ou mais famílias além de parentes e não parentes. A imposição da figura masculina como principal membro econômico do domicílio contribuiu também para a ruptura ou depreciação de papéis econômicos e de poder tradicionalmente assumidos por mulheres dentro de seu grupo familiar em certas sociedades, muitas vezes rompendo com um padrão de organização familiar para a produção onde a mulher, e não o homem, era tradicionalmente o principal elemento econômico<sup>9</sup>.

O sustento do domicílio pela mulher raramente será considerado razão para identificá-la como chefe nos casos onde o homem esteja presente. Quando o conceito é baseado na manutenção masculina e não apenas em sua presença, tende-se por outro lado a assumir que os domicílios sobrevivem com uma única renda, enquanto a renda da mulher e de outros membros se constitui, cada vez mais, em importante estratégia de sobrevivência. Um outro problema com o conceito, ainda dentro das fronteiras entre família e domicílio, é que as definições típicas da chefia tendem a subestimar a existência de outras formas de família dentro de um mesmo domicílio. A incidência deste tipo de organização familiar, onde vários núcleos e diferentes gerações co-habitam em um mesmo domicílio e, mais recentemente, o aumento de famílias monoparentais, onde está predominantemente presente a mãe, e da gravidez precoce de adolescentes, quando a família se expande pela inclusão de novas gerações, contribuem para o crescimento de famílias multinucleadas. As condições e a escassez de oferta de habitação urbana, o aumento da migração e o próprio acirramento das condições econômicas, tendem também a contribuir para uma maior diversidade nas formas de co-habitação entre grupos familiares.

Por sua vez, o conceito de domicílio, entendido como uma unidade residencial individual, é questionável. Enquanto que, devido a sua expressão física concreta, o domicílio é relativamente fácil de ser identificado e se torna portanto a unidade prioritária de estudos, não se pode esquecer de outras possibilidade de enfoque como as conexões intra-familiares, laços ou redes e fluxos de recursos externos, e as conexões econômicas recorrentes e de longo prazo<sup>10</sup>. Em se tratando de domicílios de baixa renda, arranjos múltiplos, temporários e combinados de rendimentos e suporte tendem

familiar ou unidade domiciliar e a manutenção econômica não eram prerrogativas masculinas e onde a experiência familiar e a vivência domiciliar não necessariamente coincidiam, extrapolando - ou simplesmente não se realizando - através do padrão conjugal nuclear. Ver CHANDLER, J., *Women Without Husbands*. Basingstoke: Macmillan, 1991; FOLBRE, op. cit., 1991a; FOLBRE, N., *Mothers on their Own: Policy Issue in Developing Countries*, ICRW/The Population Council, Family Structure, Female Headship and Poverty Project, 1991b, mimeo; GITTINS, D., *The Family in Question*. Basingstoke: Macmillan, 1985; e NEDER, G., *Ajustando o Foco das Lentes: Um Novo Olhar sobre a Organização das Famílias no Brasil* in KALUOSTIAN, S. M. (org.), *Família Brasileira, a Base de Tudo*. Brasília: Unicef/Cortez Editora, 1994.

<sup>6</sup> BLUMBERG, R. L. e GARCIA, M. P., *The Political Economy of the Mother-Child Family: A Cross Societal View*, in LEÑERO-OTERO, L. (ed.), *Beyond the Nuclear Family Model*. Londres: Sage Publications, 1977; FOLBRE, op. cit., 1991a; MOSER, op. cit.; VARLEY, op. cit.; YOUNG, op. cit.; YOUSSEF, N. e HETLER, H. (1983). Establishing the Economic Condition of Women-headed Households in the Third World: A New Approach, in BUVINIC, M., LYNCHETTE, M. e MCGREEVEY, W. (eds.), op.cit..

<sup>7</sup> As estruturas e funções de um domicílio podem variar significativamente entre diferentes lugares. Micro-estudos tendem a se beneficiar da oportunidade de investigar empiricamente e, portanto, de "construir" as fronteiras dos domicílios de acordo com os contextos materiais específicos em que

multas vezes a contribuir mais para a sobrevivência do que os arranjos de moradia compartilhada que pressupõem, mas nem sempre garantem, acesso igual de todos os membros a todos os recursos do domicílio.

Apesar de todas estas dificuldades, a definição de chefia domiciliar feminina continua tendo como ponto central a ausência do companheiro e sendo considerada uma variante do tipo familiar ocidental considerado padrão. Tem-se pois argumentado sobre uma "ausência de simetria" no conceito de chefia, uma vez que domicílios são identificados como chefiados por mulheres, quando o parceiro está ausente e não existe outro homem adulto presente, enquanto domicílios chefiados por homens são todos aqueles onde existe um homem ou um casal.

Com bases nestes questionamentos surgiram inúmeras tipologias. O referencial mais comumente adotado para identificar as diferentes formas de chefia feminina domiciliar é a chefia *de jure* ou *de facto*. Youssef e Hetler (1983) desenvolveram esta classificação que abrange cinco categorias que podem ser agrupadas em três: a chefia *de jure* como a que se define pela ausência do parceiro/cônjuge masculino, não implicando, necessariamente, manutenção feminina, e a chefia *de facto* como a que se define pela manutenção feminina, não implicando, necessariamente, a ausência masculina. A terceira situação é aquela onde se combinam a ausência masculina e a manutenção feminina.

Outras tentativas de desagregação do conceito têm levado à concepção de chefia feminina domiciliar apenas entre mulheres sem parceiros, que podem ter ou não a responsabilidade de manutenção do domicílio<sup>11</sup>. Acredita-se que a penetração do desenvolvimento capitalista nas sociedades contribua para o crescimento da responsabilidade da mulher pelo domicílio e na manutenção de dependentes, devido à transição de uma economia de base familiar para uma de base individual<sup>12</sup>. Folbre avança nesta direção, argumentando que a importância cada vez menor da função produtiva centrada no domicílio, compromete as relações de autoridade patriarcal estabelecidas. A autonomia econômica de outros membros do domicílio contribui para a diminuição da importância do pai como figura econômica central. Um processo cultural simultâneo de modernização contribui para a redefinição das responsabilidades entre os membros do domicílio e resulta em novas mudanças, particularmente em relação ao fluxo de dinheiro no domicílio<sup>13</sup>.

O enfoque em domicílios mantidos por mulheres também tem apontado para uma maior vulnerabilidade econômica. Acredita-se que domicílios mantidos por

o estudo de caso é realizado (ver JELIN, E., *Family, Household and Gender Relations in Latin America*, Londres: Unesco/Kegan Paul Ltd, 1991; SCHMINCK, M., *Household Economic Strategies: a Review and a Research Agenda*, *Latin American Research Review*, 19, (3), 87-101, 1984; YANAGISAKO, S., *Family and Households: The Analysis of Domestic Groups*, *Annual Review of Anthropology*, 8, 1979). No caso do presente estudo, domicílios são definidos como uma unidade residencial organizada com base no parentesco e, em menor escala, afinidade, onde as pessoas residem e coletivamente compartilham de todas ou das principais atividades da sobrevivência diária. O conceito de domicílio não é oposto ao de família, mas seria equivocado usá-los intercambiavelmente. Família é uma questão muito mais ampla que transcende fronteiras físicas da unidade residencial.

<sup>8</sup> As definições de chefia domiciliar e domicílio podem ser diversas. Chefia domiciliar é utilizada no Brasil e Honduras para designar o provedor financeiro do domicílio. Na Venezuela, Chile e Bolívia, chefe do domicílio é a pessoa que é reconhecida como tal pelos membros do domicílio. O conceito de domicílio por sua vez envolve no Chile, Paraguai e Peru o critério de compartilhamento e provisão de trabalho doméstico associado a uma unidade residencial, enquanto que em países como o Brasil e Honduras reconhece-se apenas a unidade residencial. Veja BUVINIC, M., op. cit., FOLBRE, op. cit., 1991a e VARLEY, op. cit..

<sup>9</sup> Situações semelhantes são identificadas na América

mulheres estejam mais representados entre os setores mais pobres da sociedade, devido à sobreposição de fatores tais como a composição domiciliar e a discriminação contra a mulher no mercado de trabalho. A composição domiciliar tende a afetar domicílios mantidos por mulheres por causa da ausência da renda masculina e devido à maior taxa de dependência. Enquanto trabalhadora, a inserção da mulher no mercado de trabalho tem representado mundialmente uma sub-representação nas atividades melhores remuneradas e ocupações de maior status. Além do fato de que, em muitas sociedades, existe uma gama reduzida de atividades disponíveis para a mulher. As mulheres são geralmente discriminadas nas práticas de seleção e recrutamento no mercado de trabalho, uma vez que são vistas como trabalhadoras complementares ou secundárias, de acordo com o mito do provedor masculino<sup>14</sup>.

Suas responsabilidades domésticas e de cuidados com os filhos podem também forçá-las a procurar trabalhos com maior flexibilidade, como no setor informal ou produção doméstica, onde a remuneração tende a ser baixa e intermitente. Quando estão no setor formal ou em ambientes industriais, evidências empíricas demonstram que trabalhos realizados por mulheres sofrem a influência do gênero, resultando em menores remunerações para mulheres em relação aos trabalhadores masculinos por trabalhos semelhantes<sup>15</sup>. Fatores como estes são responsáveis pela ampliação das diferenças de ganhos e oportunidades entre mulheres e homens de uma mesma classe social. A importância da desagregação de chefia feminina deveria, no entanto, evitar uma outra armadilha conceitual. Trata-se de delimitar o grupo de mulheres mantenedoras, compreendendo-o como um subgrupo do grupo das mulheres sem parceiros, da chefia de jure. É importante ampliar o conceito de mulheres mantenedoras e o grupo de domicílios mantidos por mulheres, incorporando mulheres casadas ou vivendo em parceria. As mantenedoras podem viver sozinhas, bem como manterem uma relação onde o marido/parceiro esteja presente.

Varley, no estudo citado, aponta que a ênfase na problemática da chefia feminina - seja para fins de estudos e análises ou intervenções anti-pobreza - tem apresentado quatro deficiências fundamentais. Inicialmente, na taxa de crescimento do fenômeno; a autora questiona a validade dos números apresentados e identifica que a média mundial de 30% dos domicílios é altamente influenciada pela metodologia adotada que confere peso proporcional a regiões com alto índice de chefia feminina, como no caso das Antilhas, e a países

Latina por Scott, em relação a incentivos para o mercado de trabalho em Lima (ver SCOTT, A. M. *Divisions and Solidarity. Gender Class and Employment in Latin America*, Londres: Routledge, 1994), por Vance (ver VANCE, I.. *More than Bricks and Mortar: Women's Participation in Self-help Housing in Managua, Nicaragua* in MOSER, C. e PEAKE, L. (eds.), *Women, Human Settlements and Housing*, Londres: Tavistock Publication p. 139-165, 1987) e MACHADO, L.. *The Problems for Women-headed Households in a Low-income Housing Programme in Brazil*, in MOSER, C. e PEAKE, L., op.cit., que identificaram na Nicarágua e no Brasil, respectivamente, mecanismos de políticas habitacionais que excluíam mulheres e famílias chefidadas por mulheres dos programas públicos de construção e acesso à moradia, entre outros casos.

<sup>10</sup> Ver BRUCE, J. e LLOYD, C. B.. *Findings the Ties that Bind: Beyond Headship and Households*, International Centre For Research on Women, Washington D. C. 1992 e FONSECA, C.. *Spouses, Siblings and Sex-linked Bonding: A Look at Kinship Organisation in a Brazilian Slum*, in Jelin E. (ed.), op. cit..

<sup>11</sup> FOLBRE, op. cit., 1991b; LLOYD e GAGE-BRANDON, op. cit..

<sup>12</sup> BLUMBERG e GARCIA, op. cit.; FOLBRE, op. cit., 1991b; SAFA, op. cit..

<sup>13</sup> Acredita-se que domicílios mantidos por mulheres sejam responsáveis por 20% a 30% dos domicílios do Caribe e América Central, 27% da África, 16% da América do Norte, 15% da América Latina e 11,7% da Índia (MOSSES, J. C.. *Half the World, Half a Chance: an*

com menores índices. A segunda deficiência é de, inadvertidamente, correr o risco de, em delimitando características, excluir certos grupo de mulheres, em particular as mulheres mais velhas sem filhos. Em terceiro lugar, por optar por mulheres com dependentes, reforça a noção de que o papel natural da mulher é a maternidade. Finalmente, argumenta que a ênfase na chefia econômica acaba por excluir mulheres mais velhas que são chefes de família, mas não são, necessariamente, as provedoras.

Após inúmeras considerações e deconstruções do conceito, rejeitando principalmente o critério da provisão domiciliar, a autora o reconstrói para fins de seu trabalho empírico, com base em critérios de conjugalidade, baseando-se novamente na ausência masculina. O exercício válido de apontar as possíveis deficiências do critério econômico não é acompanhado de um exercício similar para o critério "conjugalidade" que volta a ser o epicentro do conceito. A importância das categorias desenvolvidas por Youssef e Hetler, em trabalho empírico na África, chamou a atenção para o fenômeno crescente do sustento econômico proporcionado pelas mulheres em seus domicílios. No entanto, também não romperam definitivamente com a noção de conjugalidade para definir chefia domiciliar. Tem-se, pois, uma situação onde o fenômeno, seja partindo do princípio da autoridade e poder domiciliar, seja do sustento econômico ou de ambos, ainda não rompe efetivamente com o padrão ocidental, do qual ele deriva: a família conjugal e nuclear, com chefia masculina.

### Participação econômica feminina e a reprodução domiciliar

A expansão do debate sobre famílias no Brasil impulsionada pela retomada do tema em finais da década de 70, tem, entre outros aspectos, recorrentemente, apontado para a multiplicidade de suas formas, para a correlação entre classes sociais e variedade na estrutura familiar, para a diferenciação de suas manifestações no meio rural e no meio urbano, para as suas transformações demográficas e para a transformação ou manutenção de papéis e relações de gênero. O debate sobre a família brasileira também se diversifica, atualmente, através de estudos verticais que examinam e correlacionam o estudo de famílias e grupo doméstico de baixa renda com as transformações recentes causadas pelo agravamento da situação sócio-econômica e das tendências que tem assumido o quadro do desenvolvimento brasileiro pós-reestruturação econômica iniciada na década de 80.

*Introduction to Gender and Development*, Oxford: Oxfam, 1993). Porém, Mosses sugere outras dinâmicas em trabalho para a América Latina "...e que o aumento de domicílios chefiados por mulheres poderia ser interpretado como uma indicação de que as mulheres estão começando a se libertar dos aspectos repressivos e restritos da cultura machista" (p. 46, tradução da autora). Veja também BRYDON, L. e CHANT, S., *Women in the Third World: Gender Issues in Rural and Urban Areas*, Adershot: Edward Elger, 1993; CASTRO, M. G., *Mujeres Pobres como Jefes de Hogar y como Esposas en el Proceso de Reproducción en Bogotá. Identidades y Heterogeneidades*, Working Paper nº 156, International Labour Office, Geneva, 1987; e CHANT, S., *Single-parent Families: Choice or Constraint? The Formation of Female-headed Households in Mexican Shanty Towns*, *Development and Change*, 16, 635-56, Londres: Sage Publications, 1985.

<sup>14</sup> HUMPHREY, J., *Gender and Work in the Third World: Sexual Division in Brazilian Industry*, Londres: Tavistock Publications, 1987; MOORE, H., *Feminism and Anthropology*, Cambridge: Polity Press, 1988; SAFA, op. cit., entre outros.

<sup>15</sup> HUMPHREY, op. cit.; MCILWAINE, C., *Fringes or Frontiers? Export-Oriented Development and the Implications for Gender: The Case of the Philippines*, Conference on Uneven Development in Contemporary Southeast Asia, Leiden, Netherlands, 1995 mimeo; RUBERY, J. (org.), *Women and Recession*, Londres: Routledge & Kegan Paul, 1988.

<sup>16</sup> GOLDANI, op. cit., p. 43.

Os estudos demográficos têm apontado que dentre as mudanças mais visíveis na família brasileira desde a década de 80, observa-se o crescimento da família uniparental. Famílias chefiadas por mulheres em idade reprodutiva duplicaram de 5% para 10% entre 1960 e 1984, segundo Goldani<sup>16</sup>. A autora ressalta que, na década de 1970, viúvas representavam 55,2% das mulheres chefes de família, passando a responder em 1984 por apenas 20,7%, enquanto que a participação de mães solteiras e separadas cresce neste universo para 74,5%. A consequência direta da predominância da mulher separada e da mãe solteira é a redução dos níveis de idade da mulher chefe de família. Embora não haja estudos estatísticos sobre os níveis de sua participação econômica, provavelmente esta mulher é provedora do domicílio ou tem uma participação ativa na sua manutenção<sup>17</sup>.

Independentemente das variações entre regiões e a relevância de fatores específicos na determinação da incidência de chefia feminina, evidências sugerem que o aumento recente está associado ao processo de urbanização e ao aumento da pobreza<sup>18</sup>. No Brasil, o crescimento recente tem sido associado a crescentes níveis de pobreza, uma vez que está ocorrendo, predominantemente, entre os grupos de baixa renda, nas regiões urbanas mais pobres, tais como o Nordeste e áreas metropolitanas. Goldani informa que em 1980 um em cada dois domicílios chefiados por mulheres estava na linha de pobreza (definida por renda mensal de até um salário mínimo) ou abaixo dela, enquanto que em 1960, usando a mesma linha de pobreza, identificava-se apenas um em cada quatro domicílios chefiado por mulheres vivendo nesta faixa. A mesma tendência é confirmada pelo estudo de Barros, Fox e Mendonça que, contrastando três regiões metropolitanas distintas, Recife, São Paulo e Porto Alegre, demonstra que domicílios chefiados por mulheres não estão apenas entre os grupos mais pobres, mas são os domicílios mais pobres dentre estes grupos. A mesma tendência é apontada por outros estudos realizados no Brasil<sup>19</sup> e para a América Latina<sup>20</sup>.

Independentemente dos fatores regionais, as principais razões dos maiores índices de pobreza de domicílios chefiados por mulheres são: (1) uma maior taxa de dependência resultante da baixa participação dos pais no sustento dos filhos e mesmo da ausência destes do domicílio e (2) a média mais baixa de salários do principal trabalhador remunerado, neste caso a mãe. Esta diferença na média salarial é considerável, devido aos salários relativamente maiores auferidos por trabalhadores masculinos em domicílios chefiados por homens. Além dos efeitos provenientes da discrimina-

<sup>17</sup> Chefia feminina no Brasil, no entanto, não é um fenômeno novo. Estudo realizado por Kuznesof revelou que, em 1802, 44,7% dos domicílios urbanos eram chefiados por mulheres. Este padrão permanece até meados do século XVIII, quando cai para 39,3% (KUZNESOF, E. A. *The Role of Female-Headed Household in Brazilian Modernization: São Paulo 1765-1836. Journal of Social History*, 13, 1980, 589-613). Estes domicílios eram em sua maioria parte da população de baixa renda e compostos de mães solteiras que sustentavam a seus filhos e a si mesmas (ver FARIA, S. C.. *História da Família e Demografia Histórica* in CARDOSO, C. F. e VAIAS, R. (org.). *Domínios da História*, Rio de Janeiro: EDUF (p. 243-258). O mesmo é sugerido por Besse (in BRUSCHINI, C.. *Mulher, Casa e Família: Cotidiano nas Camadas Médias Paulistas*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Vértice, 1991) para o inicio do século quando mães de baixo poder aquisitivo proviam por seus domicílios e uniões legalizadas eram pouco comuns.

<sup>18</sup> Para o Brasil veja BARROS, FOX e MENDONÇA, op. cit.; CASTRO, op. cit., 1989.; MERRICK e SCHMINCK, op. cit.; SEADE, op. cit. e TELLES, V. S.. *Cidadania Inexistente: Incivilidade e Pobreza. Um Estudo Sobre Trabalho e Família na Grande São Paulo*, Tese de Doutoramento Universidade de São Paulo, 1992.

<sup>19</sup> MERRICK e SCHMINCK, op. cit.; SEADE, op. cit..

<sup>20</sup> ARRIAGADA, I. *Unequal Participation by Women in the Working World*, *Cepal Review*, 40, 83-98, 1990 e *Changes in the Urban Female Labour Market*, *Cepal Review*, 53, 91-110, 1994; BENERIA, 1992, op. cit.;

ção de gênero sofrida pela mulher no mercado de trabalho, fatores específicos relacionados à chefia feminina - tais como restrições de tempo e mobilidade e preconceito contra as mulheres que chefiaram seus próprios domicílios - contribuem para a formação de um contexto desfavorável.

No entanto, os vínculos entre a pobreza e a chefia feminina são complexos. Primeiramente, porque nem toda chefia feminina emerge, necessariamente, de circunstâncias de empobrecimento. Estudos citados mostram que a chefia feminina pode aumentar como resultado de processos sociais que melhorem a posição relativa da mulher na sociedade; como resultado da decisão da mulher de permanecer sozinha após considerar as vantagens de viver ou não com um companheiro; ou, como resultado de uma estratégia de migração familiar temporária, destinada a otimizar oportunidades de trabalho. A incidência da chefia feminina também pode ser afetada por práticas tradicionais de suporte da rede de parentesco ou ajuda do Estado. Certamente, fatores específicos de diferentes regiões e países contribuem para a emergência de diferentes padrões de chefia feminina e a associação da chefia feminina com níveis mais baixos ou altos de pobreza irá variar de acordo com esses fatores.

Em segundo lugar, é discutível se domicílios chefiados por homens ou domicílios com múltiplos trabalhadores de fato assegurem um melhor nível de vida para todos seus membros. Este aspecto é fundamental porque, apesar das oportunidades de ganhos serem baixas, tanto para homens como para mulheres de uma classe social de menor poder aquisitivo, existem evidências de que uma melhor distribuição dos recursos entre membros de domicílios chefiados por mulheres tende a anular os piores efeitos de pobreza e, portanto, reduzir a vulnerabilidade do grupo domiciliar. De fato, gastos e investimentos de homens e mulheres têm sido apontados como diferenciados e ligados a diferentes prioridades dentro do domicílio, com uma melhor distribuição e acesso mais democrático de todos os membros aos recursos, assegurados nos domicílios mantidos por mulheres.

Chant<sup>21</sup>, em um estudo na cidade do México, constatou que os recursos nestes domicílios eram mais democraticamente distribuídos, comparados com domicílios chefiados por homens, uma das razões pelas quais muitas mulheres optaram por se tornarem chefes de seus próprios domicílios e famílias. Por outro lado, mulheres também podem não estabelecer relações conjugais e preferir criar seus filhos sozinhas. Podem optar por fixarem residência autonomamente, como

CHANT, 1991, op. cit.; SAFA, op. cit., entre outros.

<sup>21</sup> CHANT, op. cit., 1985.

uma questão de escolha. É importante, portanto, considerar as condições para a emergência da chefia feminina como social e historicamente fundadas e não, necessariamente, como resultado direto do aumento da pobreza.

A discussão de Blumberg e Garcia sobre as condições para a emergência e persistência de unidades mãe-filho em várias sociedades indica que esses domicílios podem enfrentar limitações estruturais, dificultando sua existência, caso as condições e o acesso ao trabalho, bem como recursos em geral, não estiverem disponíveis às mulheres e aos seus dependentes. As autoras identificaram quatro condições para a emergência de domicílios chefiados por mulheres e uma quinta condição para a sua persistência. A primeira condição é que a unidade de trabalho, compensação e propriedade deva ser o indivíduo (ao contrário do grupo de parentesco), independente do sexo. A segunda é que mulheres tenham acesso independente a oportunidades de subsistência, ou seja, se as mulheres não têm acesso ao trabalho, então elas devem ter acesso a outros meios de sobrevivência, tais como os ganhos dos filhos. Uma terceira condição é que as oportunidades de subsistência disponíveis para as mulheres devam ser, de alguma maneira, conciliáveis com as responsabilidades de cuidar dos filhos.

A quarta condição é que as oportunidades de subsistência das mulheres, na ausência de um chefe, não devam ser, drasticamente, menores do que as existentes para os homens. A quinta condição é que a economia política da sociedade produza e se beneficie de um excedente de mão-de-obra e que o Estado e a economia política da sociedade não proíba, subestime nem ameace a existência de domicílios chefiados por mulheres. De acordo com esta explanação, a emergência de domicílios chefiados por mulheres não está ligada apenas à pobreza, mas também aos padrões de desenvolvimento, à estruturação da economia local e à extensão em que a mulher pode participar deste processo. Assim, altas taxas de chefia feminina podem não ocorrer em regiões onde as mulheres enfrentam maiores dificuldades de acesso independente a oportunidades de subsistência e tendem a aumentar em regiões onde as mulheres têm acesso independente ao seu provimento.

Embora os altos índices de chefia feminina em algumas regiões possam ser explicados pelo preenchimento de algumas das condições discutidas acima, elas não explicam porque o aumento da liderança feminina está ocorrendo também entre grupos com menores oportunidades de sobreviver independente-

mente. Por exemplo, o aumento recente da chefia feminina na Índia acontece entre viúvas, um grupo que anteriormente era cuidado pelas redes de parentesco mais amplas. Um membro não produtivo parece ser uma pressão econômica insustentável em domicílios pobres e as viúvas são forçadas a estabelecerem domicílios sozinhas e proverem por seus filhos.

As condições de Blumberg e Garcia também não conseguem explicar porque a incidência da chefia feminina pode ser baixa em situações onde existe uma certa igualdade entre os ganhos da mulher e do homem. Em uma comunidade estudada por Fonseca (1991, op. cit.) no Brasil, mulheres não se engajavam no trabalho com mais freqüência, apesar das oportunidades salariais serem semelhantes entre homens e mulheres. A razão identificada era que a autoridade do marido ou parceiro exigia que tivessem controle sobre a vida e os recursos de suas mulheres e a violência doméstica tendia a aumentar em casos onde as mulheres não permaneciam estritamente nos domínios domésticos ou entravam em contato com outros homens por exigência de seu trabalho. Fonseca conclui que os baixos níveis de chefia feminina detectados eram devidos à disposição da mulher de se conformar às expectativas masculinas e de manter as relações patriarcais tradicionais em um contexto em que a baixa remuneração significava pouca alternativa de poder para as mulheres.

Por outro lado, as mulheres podem também ser abandonadas pelos seus parceiros e ter de lidar com sua nova situação. Em algumas regiões, certas categorias de mulheres, tais como viúvas, solteiras ou aquelas que são abandonadas, tendem a ser mais pobres e mais vulneráveis do que outros grupos femininos que chefiam domicílios. À medida em que mais evidências empíricas sobre as condições de sobrevivência de domicílios chefiados por mulheres são trazidas ao debate, torna-se claro que, independentemente de como elas sobrevivem, este aumento está acontecendo, predominantemente, entre os grupos mais pobres.

De fato, apesar do aumento da participação da mulher em atividades econômicas na maioria dos países, isto não se tem traduzido em uma inserção qualitativa no mercado de trabalho e nem assegurado um nível de subsistência familiar esperado. Independentemente das razões de expansão ou das vantagens dos domicílios mantidos por mulheres e, apesar das variações culturais entre regiões e dos recursos dos domicílios chefiados por mulheres estarem prioritariamente direcionados às necessidades básicas e mais igualmente divididos entre os membros do domicílio, algumas

evidências apontam que o aumento crescente da pobreza e das dificuldades econômicas são fatores que tendem a consumir a frágil vantagem e a proteção que aqueles domicílios conferem a seus membros comparativamente aos domicílios chefiados por homens.

Uma última consideração deve ser feita referente à questão da crescente participação da mulher no provimento de seu domicílio, para a realidade brasileira. É o fato de que esta participação cresce em todas as categorias, diminuindo a especificidade do tipo de mulher que se incorpora ao mercado de trabalho. Se ela era, predominantemente, solteira durante a década de 70, o grande crescimento se deu entre as casadas durante a década de 80, revelando o crescimento relativo independente do *status* conjugal. Tais fatos demonstram, portanto, que o quadro econômico brasileiro tem mobilizado todas as categorias de mulheres para a contribuição no sustento domiciliar, relativizando a importância dos condicionamentos sociais e familiares na oferta de mão de obra feminina.

Este crescimento pode ser ainda superior ao que as estatísticas revelam, pois a incorporação da mulher ao mercado de trabalho também possui inúmeras questões que contribuem para subestimar o verdadeiro papel econômico da mulher na reprodução de seu domicílio: a dificuldade de identificar as diversas formas em que isto se dá; a predominância das mulheres nas atividades do setor informal e a dificuldade de contabilizar estas atividades; a associação de atividades remuneradas com não remuneradas; a intermitência das atividades consideradas femininas<sup>22</sup>. Com o aumento do desemprego masculino em áreas urbanas, é provável que domicílios mantidos por mulheres, mas chefiados por homens, possam estar se tornando uma tendência significativa em algumas sociedades, como a brasileira. Humphrey e Hirata<sup>23</sup>, investigando o desemprego industrial em São Paulo, apontam para as diferentes estratégias adotadas por homens e mulheres desempregados frente à necessidade de sustento familiar. Enquanto a mulher assumia trabalhos temporários e casuais até se vincular definitivamente ao mercado de trabalho e, então, normalmente, no setor de serviços, os homens permaneciam longos períodos em desemprego, priorizando o retorno ao trabalho industrial, o que não ocorria freqüentemente.

A opção de se trabalhar com um referencial mais amplo, baseado no provimento feminino, não significa que se esteja relativizando a importância da figura masculina. Pelo contrário, a ausência masculina, como demonstra o trabalho de Barros, Fox e Mendonça, implica um rendimento médio menor para domicílios

<sup>22</sup> ABREU, A. R. P. e SORJ, B.. Subcontratação e Trabalho a Domicílio - a Influência de Gênero in MARTINS, H. S. e RAMALHO, J. R. (org.). *Tercelização, Diversidade e Negociação no Mundo do Trabalho*. São Paulo: Huicitec Cedl-Nets, 1994, p. 61-74; AGUIAR, N. (ed.). *Mulheres na Força de Trabalho na América Latina: Análises Qualitativas*. Petrópolis: Vozes, 1984; BENERIA, L.. Conceptualizing the Labour Force: the Underestimation of Women's Economic Activities' in PAHL, R. E. (ed.). *On Work*. Oxford: Basil Blackwell 1988, p. 372-391; SEDLACEK, G. L. e SANTOS, E. C.. A Mulher Cônjugue no Mercado de Trabalho como Estratégia de Geração de Renda Familiar. *Texto para Discussão*, 209. Ipea, 1991.

<sup>23</sup> HIRATA, H. e HUMPHREY, J.. *Workers' Response to Job Loss: Female and Male Industrial Workers in Brazil*, mimeo, 1989.

que dependem do rendimento feminino. O que se argumenta, no entanto, é que a presença e o rendimento masculino podem não estar necessariamente associados ao bem estar domiciliar. Como já foi dito, homens e mulheres têm estrutura e prioridades de gastos diferenciados. Evidências empíricas demonstram que, quando a mulher trabalha, os domicílios sobrevivem melhor, demonstrando que enquanto um bom nível dos rendimentos femininos reflete-se diretamente no bem estar familiar, rendimentos masculinos podem não estar diretamente associados a este.

Por outro lado, enquanto os domicílios chefiados por mulheres sozinhas podem resultar em menor opressão e maior autonomia feminina devido à ausência de um parceiro, domicílios mantidos por mulheres, mas chefiados por homens, podem significar opressão em dobro, já que as mulheres se incumbem da geração de renda, mantêm o seu papel doméstico e têm pouca autoridade sobre o orçamento e decisões domiciliares. Em sociedades onde o homem detém maior prestígio que a mulher e onde pouco prestígio ou aprovação é conferido ao trabalho da mulher, há dificuldades para que as relações domésticas sejam igualitárias. Se adotarmos o critério da manutenção domiciliar feminina, expandimos nosso referencial para além da concepção conjugal, mais especificamente, para além da ausência ou presença masculina no domicílio. Trata-se, portanto, de se trabalhar bem menos com um referencial que aprisiona determinados significados e bem mais com um processo: a participação econômica feminina e a relação direta com a sobrevivência e reprodução dos domicílios. Este referencial mais amplo permite a identificação, ao nível micro, dos diferentes processos que levam a mulher a assumir atividades remuneradas simultaneamente às responsabilidades domésticas, e compreender a natureza da diminuição da participação do homem no sustento e manutenção de seus dependentes e/ou domicílios.

### Rendimentos, controle e autonomia feminina

A pesquisa na qual se baseia este artigo envolveu diretamente 53 domicílios compreendendo 280 pessoas na cidade de Samambaia<sup>24</sup>. O grupo de provedoras investigado<sup>25</sup> compreendia idades entre 18 e 59 anos; trabalhadoras com relação formalizada (14) e no setor informal (39); sem companheiros (32) e com companheiros (21); com rendimentos líquidos variando entre menos de 1 a 4 salários mínimos com concentração na faixa de 1,5 salários mínimos; domicílios com média de 5 pessoas, mas variando de 2 a 14 pessoas. Os domicílios apresen-

<sup>24</sup> A pesquisa foi desenvolvida entre 1991 e 1994, na cidade de Samambaia, como parte de um doutorado na Universidade de Essex, Inglaterra, financiado pelo CNPq. Samambaia dista 30km do Plano Piloto, a área central de Brasília. É o resultado de uma estratégia de assentamento populacional realizada no período 1988-1994 pelo governo indicado, visando a primeira eleição direta para governador de 1990. Tal política atingiu cerca de 300 mil pessoas de baixa renda. Compreendia a delimitação físico-espacial das ruas, quadras e lotes, a distribuição de lotes sem módulo habitacional ou infraestrutura. As famílias deveriam construir suas habitações poviárias no dia da mudança. Ver CARVALHO, L., op. cit., 1996.

<sup>25</sup> Foram considerados como manutenção domiciliar também aqueles casos em que a mulher se envolvia com atividades não remuneradas como as relações de troca e "coleta", seja em programas governamentais ou em ONGs.

tavam estruturas e composições variadas com uma leve predominância dos nucleares - formados pelas provedoras e seus dependentes -, fruto do impacto do assentamento recente que fragmentou domicílios complexos em unidades habitacionais distintas. Também se observou a presença de parentes masculinos jovens recém-chegados a Brasília em busca de emprego, domicílios com a presença de irmãs mais jovens para suprirem o trabalho doméstico e outro onde as provedoras eram avós, formados com netos e/ou bisnetos, sem a presença da mãe biológica.

O envolvimento no mercado de trabalho seguiu padrões característicos para a população de baixa renda do Distrito Federal, com as mulheres predominantemente envolvidas no setor de prestações de serviços e trabalhos domésticos e os homens nos setores da construção civil e trabalhos autônomos e com salários proporcionalmente superiores aos femininos. Dentro da amostra, no entanto, as disparidades entre os salários masculinos e femininos não eram tão marcantes quanto às do Distrito Federal como um todo, confirmando a diferenciação da inserção da mulher provedora no mercado de trabalho: melhor quando comparada ao total das trabalhadoras femininas e mais próxima à do trabalhador masculino<sup>26</sup>.

Identificar as principais fontes geradoras de recursos, as formas de controle e as formas de acesso aos recursos e rendimentos do domicílio possibilitou uma compreensão da dinâmica e do fluxo deste orçamento, bem como a autonomia da provedora em determinar os níveis de acesso aos principais recursos e decisões do domicílio. As dinâmicas internas dos domicílios em relação a estas áreas apresentavam determinados padrões. Inicialmente, para domicílios com mais de um trabalhador além da provedora, emergiu clara a distinção entre orçamento domiciliar e orçamento doméstico, que, usando a distinção de Morris<sup>27</sup>, correspondem respectivamente à soma dos rendimentos individuais de todos os trabalhadores do domicílio e ao montante empregado nas despesas coletivas do domicílio.

Nestes casos, a soma dos rendimentos de todos os trabalhadores dos domicílios - o orçamento domiciliar - era em média 60% superior ao orçamento doméstico, mas em muitos casos chegava a ser em torno de 80% a 120% superior ao orçamento doméstico. Mais ainda, o valor do orçamento doméstico era, em geral, muito próximo ao rendimento total das provedoras, revelando serem pouco significativas as contribuições de outros trabalhadores e que o consumo e o atendimento das necessidades básicas do domicílio eram determinados, basicamente, pelo nível de rendimento da provedora.

<sup>26</sup> Os trabalhos de CASTRO (op. cit., 1989) e do SEADE (op. cit., 1994) apontam para esta realidade. No presente estudo, os rendimentos superiores das mulheres é o resultado de uma combinação de rendimentos de múltiplas fontes de trabalho com a intensificação das horas dedicadas às atividades remuneradas.

<sup>27</sup> MORRIS, L. *The Workings of the Household*. Cambridge: Polity Press, 1990.

O aspecto contrastante deste dado é o fato de que, em sua maioria, os domicílios tinham mais de um trabalhador. Em dois terços dos domicílios, a provedora não era a única trabalhadora. A composição do orçamento domiciliar apontava para quatro formas de organização e gestão do orçamento doméstico: o **fundo comum**, a gestão por **despesas separadas**, a informante como **única provedora** do domicílio e os domicílios onde a informante contava com **contribuições pequenas ou irregulares** de outros membros.

**Tabela 1 - Gestão dos Orçamentos**

Orçamento/ Domicílio	Total	Com 1 (Um) Trabalhador	Com Desempregados	Casal Remunerado	Parceiro Desempre- gado	Múltiplos Trabalhadores
Fundo Comum	11	-	-	03	-	08
Despesas Separadas	05	-	-	05	-	-
Mulher/Única Provedora	33	21	03	01	06	02
Irregular/ Pequenas Contribuições	04	-	-	01	-	03
Total	53	21	03	10	06	13

Um dos aspectos mais evidentes foi a autonomia da provedora em ter acesso e dispor de seu próprio rendimento e do baixo poder de decisão e de utilização sobre os rendimentos de outros membros do domicílio. Das formas apresentadas acima, apenas o **fundo comum** revelava uma forma mais igualitária de participação, com contribuições significativas ou totais - como nos casos dos maridos - ao orçamento. Normalmente, domicílios com este tipo de gestão eram também os de estrutura mais convencional - famílias nucleares - e onde a provedora apresentava o maior rendimento dentre os moradores - o que, por sua vez, proporcionava menor dependência de outras contribuições e um patamar mais elevado de bem estar. A tipologia **despesas separadas** compreendia os casos em que a provedora e seu companheiro mantinham orçamentos distintos, empregados em despesas distintas. Foi detectada apenas para alguns casais onde ambos trabalhavam. O parceiro não fornecia uma mesada, mas se encarregava diretamente de certas despesas fixas como a luz ou o gás, não tendo, portanto, comprometimento de garantir ao domicílio um montante referente ao seu rendimento ou ao mínimo orçamentário do domicílio e nem tão pouco colaborar com despesas extras, quando fosse o caso. Contrariamente ao **fundo comum**, onde a remuneração da provedora era significativamente maior que a de seu parceiro, aqui parceiros ou maridos eram os melhores remunerados de toda a amostra.

A grande maioria dos domicílios enquadrava-se dentro da terceira categoria, **mulher como única provedora**. Como já dissemos, devido à natureza da política habitacional, vários domicílios eram o resultado do desmembramento de domicílios extensos. Dos 33 casos, 21 eram de mulheres vivendo com seus filhos. Aqui os investimentos eram diretamente destinados à construção da moradia e ao consumo de alimentos. O nível do bem estar domiciliar era significativamente superior a todos os outros e estas informantes demonstravam intensos esforços por permanecerem independentes controlando o acesso de pessoas ao domicílio. Dentre os 12 domicílios restantes desta categoria, que envolviam famílias extensas ou mulheres com companheiros, foram encontrados os domicílios mais empobrecidos, devido, entre outros aspectos, à alta taxa de desemprego, predominantemente masculina. A última forma de gestão do orçamento, **irregular e pequenas contribuições**, também implicava provedoras investindo toda a sua remuneração e recebendo pequenas inversões de outros membros do domicílio.

A relativamente estável condição de vida em domicílios onde as informantes eram o único membro

disponível para o trabalho, e onde o rendimento feminino era capaz de assegurar um melhor nível de bem estar, levanta algumas dúvidas sobre o argumento da vulnerabilidade da mulher provedora, tanto quanto sobre a maior eficiência de domicílios com múltiplos trabalhadores para confrontar a recente perda do poder aquisitivo dos salários. O que é evidente neste caso é a capacidade da mulher autonomamente definir as prioridades e investimentos e, inversamente, a perda desta autonomia em domicílios onde a composição domiciliar envolvia família extensa, maridos ou parceiros.

Os dados revelaram que a informante tem um controle total sobre seu rendimento e sobre outros rendimentos que compunham o orçamento doméstico. No entanto, uma parcela significativa dos rendimentos domiciliares não era gasta no domicílio, mas com despesas pessoais e remessas para outros grupos domésticos. Neste aspecto, observou-se que, de fato, eram rendimentos femininos que subsidiavam a sobrevivência de um número significativo de pessoas, principalmente parentes masculinos como irmãos, primos, sobrinhos, seja durante os períodos de desemprego, ou quando vinham para Brasília para se tornarem membros remetentes para domicílios fora do Distrito Federal. Os dados revelaram que, para a análise dos níveis de decisão e controle da provedora sobre seu domicílio, é tão importante a presença de outros trabalhadores e seus rendimentos quanto a presença de desempregados e trabalhadores não contribuintes ao orçamento.

Tais dados também questionam a eficácia da estratégia de agregar múltiplos trabalhadores para manter os níveis de rendimentos e fazer face aos momentos mais críticos da crise econômica, conforme foi detectado em outras áreas da América Latina<sup>28</sup>. Evidentemente que tal estratégia só é possível quando os custos da manutenção de mais trabalhadores podem ser realmente pagos por seus rendimentos. Em Brasília, este parecia não ser o caso. Tanto trabalhadores enfrentavam cada vez mais longos períodos de desemprego, quanto as remunerações não representavam a possibilidade de auto-sustento. Nos casos dos trabalhadores responsáveis pela sobrevivência de um outro domicílio, recrudescia a dependência deste trabalhador nos recursos da provedora para a sua manutenção pessoal.

Não é, portanto, o acesso da provedora ao seu próprio recurso que deveria informar sobre seu grau de autonomia, mas até que ponto ela controla e define os usos e os gastos dos recursos de seu domicílio. Se o acesso da provedora à totalidade de seu recurso fosse efetivamente critério definidor de sua autonomia, neste

<sup>28</sup> CHANT, op. cit., 1991; GONZALES DE LA ROCHA, op. cit..

<sup>29</sup> Estudos na África (DWYER, D. e BRUCE, J., *A Home Divided: Women and Income in the Third World*. California: Stanford University Press, 1988; e MENCHER, J., *Women's Work and Poverty: Women's Contribution to Household Maintenance in South India*, in DWYER, D. e BRUCE, J., op. cit.) e no México (BENERIA, L. e ROLDAN, M., *The Crossroads of Class and Gender: Industrial Homework, Subcontracting and Household Dynamics in Mexico City*. Chicago: University of Chicago Press, 1987; CHANT, S., op. cit., 1991; GONZÁLEZ DE LA ROCHA, M., op. cit., têm privilegiado o critério de acesso aos recursos e ao orçamento como indicativo de autonomia feminina, percebendo a relação entre geração do recurso e sua utilização como direta. No presente estudo, ao contrário, a geração do recurso, o acesso e sua utilização revelaram-se mediados por inúmeros aspectos.

estudo as mulheres poderiam ser classificadas enquanto tal<sup>29</sup>. No entanto, a definição do uso de seus rendimentos e dos recursos domiciliares se dá mais na esfera da família extensa (e em menor grau dentro da esfera conjugal) do que na sua esfera individual. O estudo demonstrou que existe uma diferença entre a mulher ter o "direito" a direcionar um gasto extra à expansão física de sua casa para acomodar um número crescente de parentes ou ter o direito, com base em uma decisão pessoal, a não alojar parentes em busca de moradia, quando não o desejar. Até que ponto gerar e ter acesso a rendimentos produz autonomia no segundo sentido do exemplo? Até que ponto as mulheres da pesquisa eram impedidas de tomar decisões que contrariavam as expectativas e normalidade dos costumes? A próxima seção discutirá estas questões, com base nas áreas que as informantes apontaram como cruciais para o desafio ou para a conformação com a expectativa estabelecida.

### **Poder e autonomia feminina**

O conceito de chefia feminina - seja pela ausência masculina ou por provimento econômico - não significa, necessariamente, uma centralidade cultural, estrutural ou afetiva da mãe ou esposa como proposto por estudos baseados na matrifocalidade. Embora ambos os conceitos estejam ligados à ausência masculina, matrifocalidade tem como componente central o poder feminino sobre o grupo doméstico, o que não é uma condição necessária nos casos de chefia feminina. Esta é a razão pela qual domicílios mantidos por mulheres foi o critério adotado aqui. Desta forma, trabalhar com este último referencial permite a investigação das condições concretas em que ele ocorre, associado ou não ao poder feminino.

### **Renda, recursos e controle da fertilidade: o que muda em domicílios mantidos por mulheres?**

A luta por independência e autonomia envolveu esferas onde as provedoras se esforçavam para conquistar ou manter mudanças. Isso consistia principalmente em aumentar a participação nas atividades econômicas e deter o controle sobre sua fertilidade.

As características pessoais como a idade e a escolaridade diferenciavam o acesso das provedoras ao mercado de trabalho local que, pela pressão de constantes levas migratórias, favorecia as mais novas e com maior escolarização. Um outro fator importante para a inserção no mercado de trabalho era a capacidade da provedora de estabelecer e participar de um

*network* mais diferenciado, com presença masculina e estratificação mais complexa, envolvendo outras camadas sociais. Estes *networks* operavam como verdadeiros mecanismos de agenciamento, seleção, contratação e controle de mão de obra para postos no mercado formal, da mesma forma que outros *networks* predominantemente de mulheres ligavam trabalhadoras a serviços domésticos, intermediando entre as esferas privadas de diferentes classes sociais em Brasília.

Nesta perspectiva, o aspecto central que definia a capacidade de trabalho e geração de renda da mulher era sua própria situação conjugal. Os dados demonstraram que as melhores inserções no mercado de trabalho e os melhores rendimentos eram auferidos por mulheres sem cônjuge ou em relacionamentos conjugais mais flexíveis. O oposto se verificava com as mulheres em relações conjugais tradicionais. Nestes casos, dois fatores condicionavam seu relacionamento com o mercado de trabalho: a pouca participação em *networks* diversificados e a menor possibilidade de deslocamento geográfico. Mobilidade geográfica e acesso a um *network* mais antigo e vertical têm um peso fundamental em Brasília, pois os melhores rendimentos formais estão concentrados no distante Plano Piloto. Devido à pressão de seus cônjuges, estas informantes estabeleciaiam uma vida mais constrita às fronteiras do domicílio e às relações predominantemente femininas.

Nas provedoras em relacionamentos mais flexíveis, mais do que o peso de fatores de restrição na oferta de mão-de-obra feminina - como idade e número de dependentes - atuavam os fatores de mercado. Frente à possibilidade concreta de uma melhor colocação no mercado de trabalho, a vida doméstica sofria ajustes para se adaptar às demandas do mercado e não o contrário. Também nestes casos, a presença ou não do cônjuge é fator determinante na inserção das provedoras no mercado de trabalho. Frequentemente, as histórias de vida revelaram dois momentos nítidos no processo de constituição da informante enquanto provedora: o anterior à saída do cônjuge e o posterior a esta, com o gradativo aumento da prosperidade do domicílio.

No entanto, a crescente centralidade da mulher na contribuição e gestão domiciliar não significava, em muitos casos, a melhoria do *status* social. De modo geral, as atividades econômicas através das quais as mulheres realizavam o provimento de seus domicílios eram mal remuneradas, exigiam a conjugação de diferentes fontes de renda e a busca de estratégias complementares, como participar de programas de

ONGs e estreitar relações verticais e horizontais de reciprocidade e clientelismo.

Uma esfera crucial para a autonomia da mulher era o controle de sua fertilidade que, como para o resto das mulheres brasileiras, era uma resposta individual, sem apoio governamental. As mulheres mais velhas (de 40 anos em diante) apresentavam tanto uma prole maior - em média 6,4 filhos - quanto um período maior de procriação (em alguns casos até mais de 30 anos). As mais novas (18-39 anos) apresentavam tendências opostas, uma média de 3 filhos e 10 anos em procriação, e, embora muitas ainda pudesse procriar, entre as laqueadas, o período entre o primeiro filho e a laqueadura era de 8 anos (com casos de menos de 4 anos). Com a instabilidade e a diversidade de parceiros, ao contrário de outros estudos latino-americanos, a taxa de procriação entre as mulheres tendia a diminuir. A tabela seguinte informa a correlação entre formas de relacionamentos conjugais e fecundidade das mulheres pesquisadas, ilustrando a correlação entre maior longevidade da relação conjugal, menor números de relacionamentos e maior número de filhos e vice-versa.

**Tabela 2 - Número de Filhos e Tipo de Relação Conjugal**

Número de Filhos	Relacionamento de Longo Término	Relacionamentos Instáveis, de Curta Duração
1 Criança	-	7
2 Crianças	5	10
3 Crianças	5	5
4 Crianças	7	1
5 ou Mais	12	1

Outro fator que contribuía para uma menor probabilidade de procriação era a ausência de alternativas de vida conjugal para as mulheres de mais de 30 anos. O desgaste físico precoce da mulher trabalhadora, associado à precoce erotização e iniciação sexual da adolescente, configura possibilidades muito limitadas de vida sexual para a mulher madura. De qualquer forma, os fatores mais decisivos no controle da fecundidade eram a efetividade e a preferência dos métodos adotados. Dentre estes, e variando de acordo com o número de filhos, com a tipologia do relacionamento e com o estigma conferido ao método contraceptivo, emergiam como os mais usados a pílula, a esterilização

definitiva e a esterilização hormonal mensal e muito raramente a "tabela". Dentre os métodos abortivos, em grande expansão, vinha a utilização do remédio para distúrbios gástricos Cytotec. O mais marcante no comportamento reprodutivo das mulheres pesquisadas era a efetividade dos métodos adotados, o precoce encerramento da vida reprodutiva e a crescente autonomia e independência de decisão sobre seus parceiros.

*Divisão e responsabilidades sobre o trabalho doméstico: o que muda em domicílios mantidos por mulheres?*

O provimento feminino tinha pouco impacto na divisão de trabalho entre gêneros. O intenso envolvimento das informantes na geração de renda e a diminuição do tempo do homem em atividades econômicas, entre outras causas devido ao desemprego, não resultavam em aumento da participação masculina em trabalhos domésticos. Os homens não substituíam ou compensavam as mulheres com o trabalho doméstico e cuidado com os filhos. Eles não apenas se negavam a assumir responsabilidades domésticas e cuidado com os filhos, como também as mulheres não esperavam que eles o fizessem. Neste contexto, exercer autoridade sobre os filhos eram as únicas responsabilidades claramente esperadas dos pais. A baixa expectativa de ajuda dos homens se repetia em relação aos outros homens que moravam no domicílio.

Filhos, em geral, eram treinados para desempenhar algumas tarefas quando não havia mulheres disponíveis para fazê-lo, embora fossem selecionadas e raramente envolvendo trabalho com crianças. Trabalho remunerado, por outro lado, poderia ser desempenhado por qualquer um, independente do sexo. Os casos onde as filhas adolescentes não estavam envolvidas em atividades remuneradas eram devidos à divisão de trabalho doméstico nos domicílios e ao compromisso das informantes de manterem as filhas (normalmente por serem melhor sucedidas) na escola. Havia, no entanto, algumas importantes rupturas destes padrões nas relações entre os gêneros. A experiência prática de construir uma casa, por exemplo, proporcionou às informantes habilidades fundamentais para o exercício e a expansão de sua autonomia, dentro e fora de casa. Construindo sozinha, as mulheres estavam trazendo a público a questão da divisão desigual das responsabilidades domiciliares com seus parceiros. Construir era o sinal mais aparente dessa distribuição desigual de responsabilidades. Como com a luta pela propriedade do lote<sup>30</sup>, lutar para construir uma casa aumentava a segurança da mulher e desafiava as formas tradicionais de subordi-

<sup>30</sup> CARVALHO, op. cit., 1996.

nação de gênero e de estrutura de poder em uma área essencialmente masculina na sociedade brasileira.

Outra área indicativa de mudanças se refere às atitudes das filhas em confrontar a baixa participação dos irmãos nas tarefas domésticas. Havia, contudo, limitações estruturais, ligadas às necessidades concretas diárias de reprodução do domicílio, que dificultavam estas mudanças. Quando os domicílios dependiam estruturalmente da ajuda das filhas, para liberarem a provedora para o trabalho, existia grande probabilidade de que as informantes reforçassem uma divisão tradicional de trabalho doméstico. Isso se agravava ainda mais com a diminuição do suporte da rede de apoio. A divisão desigual de trabalho doméstico entre homens e mulheres, juntamente com a falta de provisão governamental de serviços básicos, são, provavelmente, duas das principais dificuldades na reprodução de domicílios mantidos por mulheres. Neste quadro, as filhas eram intensamente mobilizadas em longas jornadas diárias ou semanais - nos casos de empregadas domésticas que moravam no emprego. Em algumas ocasiões, as jovens davam sua opinião sobre o assunto, como G., de onze anos, filha de uma participante da pesquisa:

“Outro dia eu estava pensando... não entendo porque P. (irmão de treze anos) não me ajuda. Por que tenho que fazer tudo sozinha?... Eu não sei... não acho isso justo... mas acho que é o jeito da mulher de viver a vida.”

#### *Acesso e controle de recursos financeiros: o que muda em domicílios mantidos por mulheres?*

Na introdução deste artigo, argumentamos que domicílios mantidos por mulheres são um importante *locus* de investigação sobre a extensão em que o controle masculino sobre o trabalho e a sexualidade feminina é alterado, proporcionando a construção de novas relações conjugais e familiares. Esta reflexão teve como ponto de partida o fato de que, como principal provedora, a mulher não é uma trabalhadora secundária ou complementar ao homem. No entanto, frente à discussão da gestão dos orçamentos, estes pontos de partida precisam ser ampliados.

A forma como se tem comumente estudado a questão do poder feminino, principalmente através da polaridade homem-mulher<sup>31</sup>, impede outros aspectos fundamentais de serem investigados, aspectos que podem ter uma preponderância bem maior do que - novamente - a conjugalidade. Trata-se do papel do parentesco e da família extensa na moldagem e configuração do poder feminino, através da intersecção entre vivências e ideologias de gênero e de parentesco.

<sup>31</sup> CHANDLER, op. cit.; MORRIS, op. cit., 1991.

Desta forma, neste caso, a autonomia e garantia de dispor sobre o orçamento domiciliar implicava, simultaneamente, para a provedora, ter controle sobre seu *status conjugal* e ter autonomia de definir seu papel e participação no grupo de parentesco.

Duas concepções sobre a relação entre chefia feminina e família extensa têm sido correntes: (i) mulheres chefes de família guardariam, por suas próprias peculiaridades, dependência estrutural de suas famílias extensas para apoio quanto à provisão dos serviços domésticos, recursos financeiros e provimentos em geral; (ii) as famílias extensas estariam disponíveis para apoio incondicional, e mais ainda, estariam sempre em condições de fornecê-lo. A pesquisa revelou que, ao contrário destas concepções, a provedora era, de fato, um dos maiores recursos da família extensa e preenchia um papel fundamental na socialização dos recursos gerados por ela por todo o grupo de parentesco, por sua condição feminina de subordinar as decisões maiores às esferas do parentesco. A própria condição de a propriedade da moradia ser da provedora reformulava as condições e recursos habitacionais, tornando-os coletivos.

Frente a este contexto, a questão do poder e autonomia feminina se torna uma questão mais ampla e complexa, tanto por envolver um grupo maior de pessoas onde inúmeros fatores atuam - como o gênero, a senioridade, a reciprocidade, a afetividade - e até a possibilidade de acumular mais poder por estar na posição de participar de um contexto de troca em situação de doadora - e não receptora. Mais ainda, ao contrário da relação de conjugalidade, relações de parentesco não podem ser rompidas, substituídas ou transformadas tão facilmente. Portanto, a provedora parece deter mais autonomia para lidar com a sua conjugalidade, fundamentalmente, porque romper com um companheiro é relativamente mais fácil do que modificar relacionamentos dentro de um grupo de parentesco. Também porque ruptura conjugal pode ser um passo positivo para a mulher e, em muitos casos, aprovado socialmente, pois em uma situação de crescente carência econômica o companheiro ou cônjuge "improdutivo" passa a disputar recursos cruciais com a família extensa.

Com esta reflexão, não estamos conferindo um papel secundário ao cônjuge no contexto das relações de poder feminino. Em inúmeras situações onde havia companheiro, a situação da informante era de intensa sujeição. O evidente, no entanto, é que raramente a relação de subordinação da mulher ao homem era "superada" dentro de uma mesma relação conjugal e as relações transformadas, com definições de maior

igualdade entre os cônjuges sobre os recursos e decisões do domicílio. Em muitos casos, a mulher modificava as bases de seus próximos relacionamentos, definindo "esferas" muito nítidas de participação para o companheiro que não ameaçasse seu papel de principal centro de decisão e controle do domicílio. Em vários casos identificados, a contribuição financeira masculina ou era rejeitada pela mulher ou aceita e orientada para esferas de seu controle absoluto, como a construção da casa no seu lote.

Havia, portanto, uma nítida diferenciação na natureza dos relacionamentos conjugais, definindo experiências diferentes para homens e mulheres. Quanto mais instável, breve, não legalizado e sem procriação, maior a independência feminina e a possibilidade de ruptura. Por outro lado, quanto mais tradicional e legalizado, maior a dificuldade da mulher em estabelecer sua autonomia e autoridade perante o companheiro. As rupturas eram longos e conflituosos processos, com a mulher adquirindo um maior senso de auto-estima e com sua independência econômica aumentando ao longo do processo de ruptura.

"Ele não trabalhava regularmente, mas o pior é que não passava dois dias sem beber. Quando enfim saiu de casa, ele levou tudo, mas as crianças começaram a melhorar cada dia mais. Eu podia dormir toda a noite... aquilo era o melhor de tudo... no outro dia eu tava inteirona para o trabalho..." (D<sup>a</sup> N.).

"Hoje eu olho minha pobreza e rio, parece que estou brincando de casinha... deiwei tudo pra trás, meu salão, a casa com armário embutido, mas não acordo mais com o olho roxo, não tenho que ficar me escondendo... nem meus pais entendem o meu jeito de viver, mas estou bem feliz hoje" (A.).

É importante ressaltar que a separação é uma opção difícil para as mulheres no Brasil. As mulheres informavam sobre suas dúvidas em romper com uma instituição que, no Brasil, confere e é a salvaguarda do padrão da moralidade feminina<sup>32</sup>. No entanto, o desafio à autoridade masculina não resultava, necessariamente, da inabilidade do homem em prover sua casa. É importante ressaltar que não existe uma determinância mútua entre o princípio da autoridade e a provisão econômica. Se houvesse, todas as mulheres estudadas, por serem provedoras, teriam ambas. O desafio à autoridade masculina resulta da perda de sua autoridade moral na casa. Isto não significa dizer que o aumento da participação da mulher na manutenção não lhe confira poder para romper um relacionamento, mas que pode, não necessariamente, resultar nisto e, por outro lado, que o rompimento pode ocorrer até quando rendimen-

<sup>32</sup> SARTI, C. A.. A Ambiguidade Como Regra: o Divórcio à Brasileira, Seminário Família e Sociedade, ANPOCS, mimeo, 1992.

tos femininos são insuficientes ou inexistentes. Apesar de ser difícil apontar um motivo específico que defina a ruptura de um relacionamento, pois vários fatores conjugados parecem atuar simultaneamente, violência masculina era, na palavra delas, a “gota d’água” final.

A maioria das participantes informou ter sofrido violência física de seus parceiros ou cônjuges, com diferentes graus de severidade e freqüência. A manutenção da presença masculina não está, portanto, relacionada apenas com o recurso que ele traz para a casa, mas, entre outras coisas, com sua imposição de permanecer no domicílio e, principalmente, com a questão da moralidade e segurança que a presença masculina confere ao domicílio e seus membros. Segurança era, de fato, uma necessidade e a vulnerabilidade feminina era maior em casos onde não havia um adulto masculino no domicílio. As circunstâncias em que as mulheres eram sujeitas a vários tipos de violência eram tantas, que explicam porque algumas delas se submetiam e mantinham seus relacionamentos conjugais.

“Eu tenho certeza que as crianças vão dizer que fui eu que expulsei ele de casa, porque ele nunca briga ou age com violência... ele ganha bem e não ajuda com nada. Segurar os meninos mais velhos é a única coisa que ele faz... eu volto tão cansada que não sei se dou conta disto sozinha” (D<sup>a</sup> G.).

“Eu tenho cinco filhas para criar e casar. As pessoas não levam mulher separada a sério... Ele é inofensivo, mas me custa muito caro pra manter... só serve pra meninas ter ele aqui” (J.).

“Ruim com ele, pior sem ele. Pelo menos não vem engracadinho aqui, porque eu durmo fora toda a semana e ele dorme com as crianças... eu sei o que é criar menina aqui...” (C.).

Como foi dito anteriormente, a autonomia também significava alcançar independência no grupo de parentesco. Não estamos afirmando que a ausência do cônjuge ou companheiro confira naturalmente à mulher maior possibilidade de controle sobre sua esfera pessoal e seu domicílio. A posição da mulher no grupo de parentesco oferece pouca oportunidade para mudança. Para a maioria das informantes, isso significava estar submersa e subordinada às necessidades e escolhas do grupo, devido à própria natureza difusa da ideologia de parentesco com referência à dependência mútua e ao nivelamento de recursos. Ideologias de parentesco, apesar de criarem interesses comuns entre as pessoas, deixam muitos conflitos submersos. Por exemplo, a posição que a mulher assume em seu sistema de parentesco é determinada pelos *status* e papéis que, em geral, são atribuídos a ela na sociedade.

Ideologias de apoio e suporte mútuo, acopladas a uma visão igualitária do acesso aos recursos, como as vigentes em grupos de parentesco, podem operar em detrimento da mulher, favorecendo os membros masculinos, exatamente como nas relações conjugais. Democratizar relacionamentos de parentesco provou ser um processo difícil. Além disso, a crise econômica parece estar alterando os relacionamentos entre parentes. Para as informantes mais pobres, os sistemas de reciprocidade estão se tornando relacionamento de clientelismo. Por outro lado, para as informantes mais abastadas, as redes de reciprocidade estão, gradualmente, se afastando do critério de parentesco para o critério da amizade, ou se tornando cada vez menores e homogêneas para garantir o elemento reciprocidade.

Desta forma, chegamos a um ponto onde tanto as relações de conjugalidade como de parentesco se constituem em barreiras para a autonomia e a independência femininas. Das mulheres mantendo seus domicílios, esperava que se conformassem tanto a um padrão "tipicamente" feminino como submissão, altruísmo e provisão quanto com uma personalidade assertiva e agressiva de trabalhadora. Ficou claro que a capacidade da mulher de "ter" seu próprio rendimento e outros recursos dependia da extensão em que ela era vista como legalmente e efetivamente separada das outras pessoas<sup>33</sup> e não a extensão "natural" de um grupo maior. O processo de autonomia da mulher é grandemente influenciado por sua possibilidade de gerar recursos econômicos mas não é o resultado direto disto. Este processo emerge da conjugação de lutas pessoais na esfera conjugal, familiar, pública e do trabalho.

A mensagem que a mulher recebe sobre seu valor em seu relacionamento conjugal, grupo de parentesco, trabalho e sociedade como um todo, está se tornando cada vez mais contraditória no Brasil de hoje, favorecendo uma interrelação mútua de mudanças e de expectativas de mudanças nos domínios públicos e privados. No entanto, dados da pesquisa sugerem que não é apenas a disseminação de uma ideologia moderna de direitos e igualdades individuais que leva as mulheres em busca de mudança e possilita que elas afirmem seus direitos como indivíduo e em relação ao homem. É também a ruptura dos paradigmas tradicionais referentes ao valor e ao significado da família e da conjugalidade para a população de baixa renda, que hoje se organiza em bases materiais e condições objetivas de reprodução bem diversas. É a ruptura da complementariedade entre papéis, a ruptura da posição subordinada da mulher dentro disso e a busca de uma vida doméstica mais igualitária que

<sup>33</sup> MOORE, op. cit.; OKELY, J., *Defiant Moments: Gender, Resistance and Individuals*, *Man*, 26, (1), 1991, 3-22; WHITEHEAD, A., *Men and Women, Kinship and Property* in HIRSCHON, R. (ed.), *Women and Property, Women as Property*, Londres: Croom Helm, 1984.

impulsionam a mulher a provocar e assegurar mudanças. Mudanças, contudo, foram alcançadas apenas em contextos de ruptura, e não de transformação das relação de gênero. Parceiros e maridos, irmãos, sobrinhos e filhos revelaram pouca capacidade de alterar seus relacionamentos e concepções de gênero.

De fato, é a ruptura de alguns paradigmas dentro dos quais famílias de baixa renda no Brasil operam e com a existência de papéis complementares entre o casal, quando o homem perdeu seu papel como autoridade moral no domicílio e a mulher se percebeu explorada, que levou à luta, ao surgimento da consciência feminina, ao ganho de poder e à autonomia nos relacionamentos<sup>34</sup>. A resistência feminina à dominação masculina e a sua autoridade aumenta com sua habilidade de assegurar sua sobrevivência. A busca pela autonomia provou também ser uma experiência subjetiva, a começar pela percepção das informantes sobre sua própria posição de desvantagem. Embora possamos fazer ecoar as descobertas de Stolcke de que as mulheres brasileiras são totalmente conscientes da sua exploração quando comparadas aos homens, nem todas as informantes foram capazes (ou receptivas) de desafiar as normas ou criar, finalmente, novos conceitos, espaços e possibilidades para elas mesmas e seus domicílios. As mulheres têm possibilidades e chances limitadas na sociedade brasileira e as informantes estavam cientes disso.

## Conclusão

Tentou-se, acima, examinar a complexidade do debate sobre chefia feminina. Foram exploradas as dificuldades operacionais do conceito e argumentou-se que mais investigações são necessárias para revelar a heterogeneidade das situações de chefia domiciliar para além de um conceito meramente baseado na conjugalidade. Manutenção domiciliar feminina torna-se uma situação importante devido à incorporação crescente da mulher ao mercado de trabalho e ao aumento do desemprego masculino. O conceito, baseado na responsabilidade da manutenção domiciliar, deveria incluir tanto mulheres sozinhas como aquelas com parceiros. Desta forma, seria possível pesquisar os diferentes processos que levam ao aumento da participação da mulher na manutenção do domicílio e que provocam a diminuição das responsabilidades do homem no sustento de seus dependentes, bem além da mera ausência masculina no domicílio.

O debate crítico sobre a definição de chefia domiciliar - enquanto transposta de outras realidades,

<sup>34</sup> SARTI, C. A.. Família Patriarcal Entre os Pobres Urbanos?, *Cadernos de Pesquisa*, 82, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 37-41 (1992). SUAREZ, M.. Papéis Sexuais em Foco, *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro: Templo Brasileiro, 311-15, 1985; STOLCKE, V.. The Exploitation of Family Morality: Labour System and Family Structure on São Paulo Coffee Plantations, 1850-1979, in JELIN, E. (op. cit.); WOORTMANN, E. F.. Da Complementaridade à Dependência: a Mulher e o Ambiente em Comunidades Pesqueiras do Nordeste, *Série Antropológica*, 111, Universidade de Brasília, 1991.

alheia e limitada para entender a realidade brasileira - deve ser incentivado. Não se argumenta, pelo abandono da definição da chefia domiciliar baseada na conjugalidade, mas na investigação do papel que esta cumpre em cada sociedade. O que se está argumentando aqui é que não é apenas às manifestações numéricas que devemos nos ater, mesmo porque estatísticas se criam e os critérios de "criação" do fenômeno são diferenciados entre sociedades. Uma família ou domicílio que tenham aparentemente estruturas semelhantes podem ter por trás deste fato processos diferenciados em ação. É ao nível dos processos que a compreensão dos fenômenos manifestos deve convergir. Talvez o mais desafiador dentre estes processos não seja o crescente aumento dos domicílios sem a presença masculina, mas a crescente participação da mulher na sobrevivência familiar vis-a-vis o declínio da participação masculina.